

Senhores Acionistas: submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A, elaboradas em conformidade com a legislação, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2013.

O Banco Randon S/A foi constituído em 26 de outubro de 2009 na forma de banco múltiplo e iniciou suas atividades operacionais em 20 de julho de 2010. Adotando a prática já consolidada nas Empresas

Randon, no final de 2010 elaborou seu Planejamento Estratégico para o período de 2011 a 2014, sendo este revisado em Outubro de 2013 agregando cenários e projeções até 2018. A base deste trabalho foi o Plano de Negócios elaborado e entregue ao Banco Central em Fevereiro de 2008. Nesta etapa foi revisto todo o Plano de Negócios original com o objetivo de manter o Banco alinhado à realidade de mercado. Neste trabalho foram refeitas as projeções de resultados e readequado o portfólio de produtos do Banco às reali-

dades do mercado. Dentro do trabalho de Planejamento Estratégico foi revisado o Mapa Estratégico sendo mantida a prioridade para o atendimento dos três (3) Objetivos Estratégicos abaixo listados, fundamentais para consolidação do negócio, que são:
• Criar e consolidar uma base de clientes;
• Desenvolver e manter o relacionamento com clientes;
• Promover a imagem do Banco.

O Banco Randon continuará dando foco no financiamento a cadeia de negócios das Empresas Randon, especialmente a seus clientes através da oferta de linhas financiamentos nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, Floor Plan e Capital de Giro, e fornecedores no Desconto de Recebíveis. Consolidadas as operações do Banco, poderão ser analisadas novas oportunidades. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)			
	2013	2012	
Ativo Circulante	216.710	98.502	
Disponibilidades (Nota 4)	61	25	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	40.134	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.134	-	
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	6.958	5.040	
Carteira própria	6.958	3.629	
Vinculadas a operações compromissadas	-	1.411	
Relações interfinanceiras	791	479	
Créditos vinculados	12	7	
Relações com correspondentes	779	472	
Operações de crédito (Nota 6)	167.956	92.117	
Setor privado	169.013	92.828	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.057)	(711)	
Outros créditos (Nota 7)	461	838	
Rendas a receber	-	3	
Diversos	461	835	
Outros valores e bens	349	3	
Bens não de uso próprio	345	-	
Despesas antecipadas	4	3	
Não circulante	175.632	107.303	
Realizável a longo prazo	175.632	107.303	
Operações de crédito (Nota 6)	174.706	106.320	
Setor privado	175.805	107.141	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.099)	(821)	
Outros créditos (Nota 7)	926	983	
Diversos	926	983	
Permanente	502	529	
Imobilizado de uso (Nota 8)	330	387	
Outras imobilizações de uso	651	610	
Depreciação acumulada	(321)	(223)	
Intangível	172	142	
Outros ativos intangíveis	283	219	
Amortização acumulada	(111)	(77)	
Total do ativo	392.844	206.334	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido			
	2013	2012	
Circulante	78.442	43.733	
Depósitos (Nota 9)	59	2.512	
Depósitos a prazo	59	2.512	
Captações no mercado aberto	-	1.408	
Carteira própria	-	1.408	
Obrigações por empréstimos e repasses	74.886	38.459	
Repasses no País - Finame (Nota 10)	74.886	38.459	
Outras obrigações	3.497	1.354	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	91	24	
Sociais e Estatutárias	621	43	
Fiscais e previdenciárias	1.800	545	
Diversas (Nota 11)	985	742	
Provisão para pagamentos a efetuar	769	586	
Cretores diversos	216	156	
Não Circulante	237.544	113.978	
Depósitos (Nota 9)	10.257	12.054	
Depósito a prazo	10.257	12.054	
Obrigações por empréstimos e repasses	167.087	101.924	
Repasses no país - Finame (Nota 10)	167.087	101.924	
Outras obrigações	60.200	-	
Dívida subordinada (Nota 13)	60.200	-	
Resultado de exercícios futuros	455	636	
Receitas de exercícios futuros (Nota 12)	455	636	
Patrimônio líquido (Nota 14)	76.403	47.987	
Capital social	75.000	50.000	
Reservas de lucros	1.403	-	
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(2.013)	
Total do passivo e do patrimônio líquido	392.844	206.334	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 15 de janeiro de 2014. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes dos contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - Bacen; Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução nº 3.606/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução nº 3.564/09 - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; e • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* da para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor pré de realização em contrapartida ao resultado do exercício; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor provável de realização em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do período. e) **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. f) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. h) **Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. i) **Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear. j) **Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. k) **Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor

de resgate, líquidas das despesas financeiras a decorrer. l) **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) e incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. Até a presente data não existe nenhum passivo de natureza contingencial que deva ser registrado nas demonstrações financeiras do Banco. m) **Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. n) **Resultado de exercícios futuros:** Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. o) **Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. p) **Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:
Disponibilidades 61 25
Aplicações interfinanceiras de liquidez 40.134 -
Aplicações em depósitos interfinanceiros 40.134 -
Total 40.195 25

5. Títulos e valores mobiliários: Composição da carteira:

	2013		2012	
	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
A vencer acima de 12 meses	6.958	6.956	3.629	3.628
Vinculadas a operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
A vencer até 3 meses	-	-	1.411	1.411
Total	6.958	6.956	5.040	5.039

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. De acordo com os normativos do BACEN, as aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT foram classificadas no ativo circulante. **6. Operações de crédito:** As informações da carteira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são assim resumidas: a) **Diversificação da carteira por vencimento:**

	2013		2012	
	RS	%	RS	%
Vencidos:				
Até 14 dias	599	0,17	1.862	0,93
De 15 a 30 dias	426	0,12	267	0,13
De 31 a 60 dias	162	0,05	392	0,20
De 61 a 90 dias	19	0,01	103	0,05
De 91 a 120 dias	6	-	29	0,02
De 121 a 150 dias	6	-	9	-
De 151 a 180 dias	12	-	10	0,01
De 181 a 240 dias	11	-	-	-
De 241 a 300 dias	9	-	-	-
De 301 a 360 dias	5	-	-	-
A vencer:				
Até 90 dias	96.547	28,00	45.083	22,54
De 91 até 360 dias	71.211	20,65	45.073	22,54
Total circulante	169.013	48,02	92.928	46,42
Acima de 360 dias (não circ.)	175.805	50,98	107.141	53,58
Total	344.818	100,00	199.969	100,00

b) A composição da carteira de operações de crédito, por tipo de cliente, está assim representada:

	2013		2012	
	RS	%	RS	%
Pessoa jurídica	343.382	99,58	198.577	99,31
Pessoa física	1.436	0,42	1.382	0,69
Total	344.818	100,00	199.969	100,00

c) Composição da carteira por tipo de operação:

	2013		2012	
	RS	% s/total	RS	% s/total
Empréstimos	11.341	3,29	8.370	4,19
Títulos descontados (*)	16.984	4,93	924	0,46
Financiamentos	316.493	91,79	190.675	95,35
Total	344.818	100,00	199.969	100,00

(*) Durante o primeiro semestre de 2010, o Banco Randon adquiriu através de cessão de direitos creditórios, R\$ 4.680 em duplicatas de fornecedores do Grupo, das quais R\$ 3.540 não possuem cobertura. As operações adquiridas geraram resultado de R\$ 99 durante o período. d) **Diversificação da carteira por nível de concentração:**

	2013		2012	
	RS	% s/total	RS	% s/total
Principal devedor	10.044	2,91	5.709	2,85
20 maiores devedores	82.249	23,85	66.093	33,05

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)				
	Capital Social		Reserva legal	
	Realizado	A realizar	Reserva legal	Res. geral de lucros
Saldos em 31/12/2011	50.000	(12.500)	-	-
Integralização de capital	-	12.500	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	242
Saldos em 31/12/2012	50.000	-	-	(2.013)
Integralização de capital	25.000	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.853
Dividendos	-	-	-	(437)
Destinações:				
Cobrança legal	-	-	92	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	1.311
Saldos em 31/12/2013	75.000	-	92	1.311
Saldos em 30/06/2013	75.000	-	-	(542)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.382
Dividendos	-	-	-	(437)
Destinações:				
Reserva legal	-	-	92	-
Reserva estatutária	-	-	-	1.311
Saldos em 31/12/2013	75.000	-	92	1.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado			
	Semestre e exercícios findos em 31.12.2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação)		
	Semestre findo em 31.12.13	Exercício findo em 31.12.13	Exercício findo em 31.12.12
Receitas da interm. financ.	10.699	21.998	15.787
Operações de crédito	11.699	19.980	14.404
Res. de oper. com títulos e valores mobiliários	1.170	1.818	1.383
Desp. da interm. financeira	(3.486)	(7.119)	(7.245)
Oper. de capt. no mercado	(651)	(1.118)	(1.504)
Oper. de empr. e repasses	(2.275)	(4.790)	(4.539)
Provisão para créditos de liquid. duvidosa (Nota 6)	(560)	(1.261)	(1.202)
Res. bruto da interm. financ.	8.383	14.629	8.542
Outras recit. (desp.) operac.	(4.376)	(8.212)	(8.182)
Receitas de prest. de serv.	53	67	747
Rendas de tarifas bancárias	696	1.072	-
Desp. de pessoal (Nota 16)	(3.099)	(5.643)	(6.059)
Outras desp. administr. (N.17)	(1.959)	(3.834)	(3.381)
Despesas tributárias	(514)	(890)	(588)
Outras receitas operacionais	447	1.032	1.146
Outras desp. operacionais	-	(17)	(47)
Resultado operacional	4.007	6.416	8.542
Resultado não operacional	5	7	-
Result. antes da tributação	4.012	6.423	8.542
IR e contrib. social (Nota 15)	(1.630)	(2.570)	(118)
Lucro líq. do semestre/exerc.	2.382	3.853	8.424
Qde de ações no final do semestre/exercícios	79.646.442	79.646.442	52.173.914
Lucro líquido por ação - R\$	0.023	0.052	0.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

e) Composição da carteira por nível de risco:

Nível de Risco	2013	
----------------	------	--

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio do capital de 9,90% a.a. em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.090. Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

16. Despesas de pessoal:	Exercício		Exercício	
	2º Semestre de 2013	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2012
Despesas com salários	1.175	2.220	3.007	
Despesas com encargos	689	1.269	1.340	
Outros	1.235	2.154	1.712	
Total	3.099	5.643	6.059	

17. Outras despesas administrativas	2º Semestre de 2013		Exercício findo em 31.12.2013		Exercício findo em 31.12.2012	
	Desp. de proces. de dados	657	1.310	1.394		
Desp. de serv. técn.especializ.	445	821	682			
Desp. de serv. do sist.financ.	112	226	189			
Despesas de comunicação	100	202	190			
Despesas de viagem no país	102	196	222			
Despesas de aluguéis	99	191	172			
Despesas de manutenção e conservação de bens	65	108	75			
Despesas de deprec. e amortiz.	67	132	126			
Despesas de publicações	12	49	45			
Outras desp. administrativas	158	291	244			
Total	1.818	3.526	3.339			

18. Transações com partes relacionadas: a) Transações e saldos de 2013	2013		2012	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos a prazo (Passivo)	(59)	(223)	(8.898)	(1.155)

Conselho de Administração
Alexandre Randon - Presidente
Astor Milton Schmitt - Vice-presidente; Erino Tonon - Conselheiro

Diretoria
Joarez Jose Piccinini - Diretor Superintendente
Jaime Marchet - Diretor Administrativo; Geraldo Santa Catharina - Diretor Comercial

Contador
Deise Cristina Misturini
CRCRS 073569/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Randon S.A.

Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco e das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a ava-

liação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6/FRS

Américo F. Ferreira Neto - Contador CRC1SP192685/O-9

Bônus por financ.

Dívida Subord.(N.13)	2013		2012	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
(Resultado de exerc. futuros) (*)	(455)	905	(636)	1.145
	(60.000)	(200)	-	-
Total	(59.486)	482	(9.534)	(10)

(*) Refere-se a bônus pago pela Randon S.A. Implementos e Participações para incentivo ao financiamento de seus clientes. As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.074 (R\$ 2.084 em 2012), referente à benefícios de curto prazo. A Instituição não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **19. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013. O índice da Basileia do Banco Randon para 31 de dezembro de 2013 é de 20,85%, apurado conforme Circular nº 3.477/09, demonstrado como segue:

Risco de Crédito - PEPR	39.066
Risco de Mercado	50
Risco Operacional - POPR	1.187
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	40.303
Valores RBAN (1)	352
Total	40.655
Patrimônio líquido do Banco em 31/12/2013	(76.403)
Excesso de Patrimônio de Referência Exigido	(35.748)

(1) Além dos valores alocados no patrimônio de referência, o Banco Central exige que as Instituições Financeiras mantenham patrimônio de referência suficientes para cobertura dos riscos das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação (RBAN), na forma das Resoluções nº 3.464/07 e 4.193/13. **21. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital:** A área de Riscos do Banco Randon em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 3.988/11, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito e de Capital utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br. a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito conforme Resolução nº 3.721, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis. b) **Risco de Mercado:** Risco de mercado conforme Resolução nº 3.464 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descasamen-

tos de moedas, vencimentos e taxas de juros. c) **Risco Operacional:** A Resolução nº 3.380 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional. d) **Gerenciamento do Capital:** O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações. **22. Outras Informações:** Considerando as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, a qual altera a legislação tributária relativamente ao IR, CSLL, PIS e COFINS, notadamente com a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) e instituição de novo sistema de tributação de lucros auferidos por controladas e coligadas estrangeiras de pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil; e, também, as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, especialmente quanto à incidência de IRPJ e CSLL sobre lucros e dividendos, bem como avaliação de investimento com base no Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a Administração do Banco, por cautela, irá aguardar a conversão da referida Medida Provisória nº 627/13 em Lei, bem como eventual alteração da Instrução Normativa RFB nº 1.397/13, para que seja feita uma análise mais precisa e segura das alterações legislativas. Numa avaliação prévia, conclui-se que não haverá impactos relevantes para o Banco Randon.